

miriamleitao@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



O dólar passou a ser a grande preocupação do Banco Central. Não há estimativa sobre quando a inflação voltará ao centro da meta

Meta periférica

O Banco Central deu sinais de que o ciclo de aumento dos juros está perto do fim. A maioria dos economistas entendeu, pela ata do Copom, que haverá redução das doses, para 0,25%, e que o ciclo pode acabar em janeiro. O BC faria uma parada para avaliar os efeitos da alta de juros que começou em abril. O dólar passou a ser a grande preocupação. Não há estimativa sobre quando a inflação voltará ao centro da meta.

A grande contradição do documento divulgado ontem é o reconhecimento de que a inflação não voltará a 4,5% nem no terceiro trimestre de 2015. O cenário de mercado, com as projeções do sistema financeiro, já estima a Selic em 10,5% em 2014. Ou seja, se o ciclo terminar em janeiro, com mais 0,25%, ou março, o Banco Central já avisa, de antemão, que o IPCA não voltará ao centro.

“O BC trabalha com uma meta circunstancial. O que ele persegue neste ano e em 2014 é uma inflação menor que a do período anterior. Não é o cen-

tro de 4,5%”, explicou o economista-chefe da CNC, Carlos Thadeu de Freitas.

A alta do dólar passou a ser a principal ameaça. Por isso, além da ênfase dada à questão na ata, o BC anunciou que vai estender o programa de venda da moeda americana no mercado. Para evitar subir mais os juros, outra arma será usada, a venda de dólares.

O economista Alexandre Schwartzman, ex-diretor do BC, estima que os juros precisariam ir a 12,5% para que a inflação voltasse ao centro. Teriam que retornar ao mesmo ponto de quando a autoridade monetária começou a reduzi-los, em julho de 2011.

“Juros a 10,25% não vão levar a inflação ao centro da meta, pela própria estimativa do BC. O aumento dos preços administrados, que, este ano, será de 1%, vai subir para 4,5%, segundo a ata. Só isso impedirá o recuo, e ainda há o dólar”, disse.

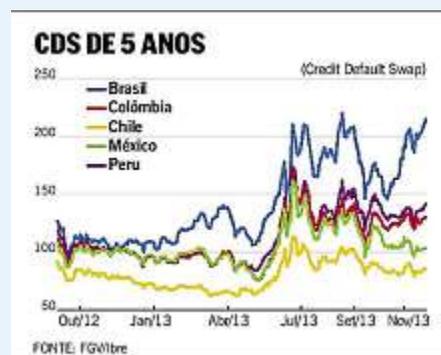
Nicola Tingas, economista-chefe da Acrefi, chama atenção às palavras de Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, em evento com economistas em São Paulo, logo após a divulgação da ata.

“Ele frisou muito que o BC está vigilante com a inflação. Minha leitura é que ele vai parar de subir juros, podendo fazer isso até mesmo em

janeiro, mas que está deixando as portas abertas para voltar a subir, dependendo do câmbio”.

A última vez que o IPCA esteve em 4,5% foi em agosto de 2010. Serão cinco anos com inflação acima do centro da meta, pela projeção do BC.

Risco do Brasil em direção contrária



O gráfico acima foi elaborado pela equipe do economista José Júlio Senna, do Centro de Estudos Monetários FGV/Ibre. Ele ilustra a piora da avaliação do Brasil no mercado internacional. O CDS do país de cinco anos, papel que mede o risco de calote de um título público, passou a cobrar juros mais altos nos últimos meses. Ou seja,

o investidor está exigindo mais dinheiro para correr o risco de ficar com um papel do governo brasileiro. Repare que isso não acontece com outros emergentes da América Latina, como Chile, México, Peru e Colômbia.

EUA: PIB bom, mas há problemas

A revisão do crescimento do PIB americano de 2,8% para 3,6%, no terceiro trimestre, é uma ótima notícia, mas não é o bastante para que o BC dos EUA mude a política de estímulos à economia. Monica de Bolle, professora da PUC-Rio, diz que o mercado de trabalho ainda tem problemas e a inflação está muito baixa.

“O Fed não tem pressa. É possível que comece a retirar os estímulos no começo do ano que vem, mas eu acho mesmo que vai ser mais para o meio de 2014”.

O dólar já subiu por aqui, por conta da expectativa de diminuição da injeção de dinheiro nos EUA, mas agora, segundo ela, o câmbio tem oscilado muito por causa da má condução da política fiscal.

—
Com Álvaro Gribel e Valéria Maniero (interinos)

SÃO MATEUS

MPF exige que Fibria devolva terras

Empresa teria conseguido titulação de áreas devolutas por meio de fraude

/// O Ministério Público Federal em São Mateus (ES) propôs ação civil pública contra a Fibria (antiga Aracruz Celulose), o Estado do Espírito Santo e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que sejam anulados os títulos de domínio de terras devolutas que foram concedidas pelo governo à companhia. O órgão considerou que o processo de concessão foi feito de forma fraudulenta.

Além da devolução das terras obtidas “por grilagem ao patrimônio público”, o MPF quer que, uma vez demonstrada a ocupação tradicional quilombola sobre essas terras, seja feita a titulação em favor das comunidades de São Mateus e Conceição da Barra. Por conta da privação do direito de ocupação dessas áreas por



Área industrial da Fibria, companhia que foi alvo de ação do Ministério Público

quilombolas, o órgão pede a condenação da Fibria a reparar os danos morais coletivos dessas comunidades no valor de R\$ 1 milhão.

A ação busca a suspensão, no prazo de 30 dias, por meio de liminar, de qualquer tipo de financiamento bancário do BNDES à Fibria com objetivo de aplicação no plantio de eucalipto e na produção de celulose em

Conceição da Barra e São Mateus. Pede também que os cartórios de registros de imóveis tornem indisponíveis as propriedades que fizeram parte da negociação chamada de fraudulenta pelo MPF.

CPI DA ARACRUZ

A fraude teria sido descoberta pela Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI da Aracruz), criada em 2002 pela Assembleia Legislativa do Estado.

A CPI constatou um acordo entre a Aracruz Celulose e vários funcionários para que estes requeeressem a legitimação da posse de terras públicas estaduais, nos anos 70, para, depois, transferi-las à empresa.

O Ministério Público

Federal afirma, na ação, que eles foram usados como “laranjas”, ao prestarem declaração falsa de que preenchiam os requisitos necessários estabelecidos na Lei Delegada número 16/67: se qualificavam falsamente como agricultores, indicavam a área de terra e manifestavam a intenção de desenvolver atividades agrícolas na propriedade.

Após obterem a titulação das propriedades rurais, os funcionários da empresa transferiram imediatamente à Aracruz Celulose o título da propriedade. Na maioria dos casos, o período em que a terra permanecia no nome do funcionário era inferior a uma semana.

Para o órgão, está claro que a Aracruz Celulose fraudou a lei em vigor à época. Por essa razão, os títulos conferidos aos funcionários da empresa e depois transferidos à Aracruz, são nulos de pleno direito.

OUTRO LADO

Empresa diz que age na legalidade

/// A Fibria disse ontem que ainda não foi notificada sobre a ação e que por isso não pode comentar o assunto. Porém, alega que “todas as suas áreas são de procedência legal”. A companhia alega que o Incra iniciou a identificação de quatro áreas quilombolas. Dois desses processos foram anulados pela Justiça (Linhaquinho e São Jorge), um (Angelim) está em fase de recurso e outro (São Domingos) aguarda conclusão. “Diversas partes entenderam que o decreto 4.887 era inconstitucional e levaram a questão ao Supremo Tribunal Federal, que ainda não se pronunciou. A Fibria cumprirá qualquer decisão”.